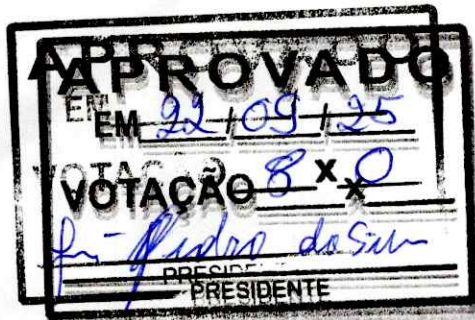


PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 023, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025.



**EMENTA:** Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte PROJETO DE LEI:

**Art. 1º** A atual “**Creche Municipal Professora Edileuza Ribeiro**”, localizada na Avenida Genivaldo de Vasconcelos, nº 108, Loteamento Ipiranga, neste Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, passa a denominar-se “**Centro Municipal de Educação Infantil Professora Edileuza Ribeiro**”.

**Art. 2º** A atual “**Creche Municipal Vovó Maria**”, localizada na Travessa Maria do Carmo Lucena Correia e Sá, nº 20, Cohab, neste Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, passa a denominar-se “**Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Maria**”.

**Art. 3º** A “**Creche Municipal Auderlúcia Cristyane Vieira de Melo**”, em fase de construção, localizada na Rua Severino José Torres, s/n, no Loteamento Campo Novo, perímetro urbano do Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, passará a denominar-se “**Centro Municipal de Educação Infantil Professora Auderlúcia Cristyane Vieira de Melo**”.

**Art. 4º** As alterações de nomenclatura previstas nesta Lei têm por finalidade adequar a designação das unidades escolares à legislação e às diretrizes da educação infantil, reforçando o caráter educacional integral do atendimento oferecido às crianças da primeira infância.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Educação, adotará todas as providências administrativas e operacionais necessárias à efetivação do disposto nesta Lei, incluindo:

- I – a atualização dos cadastros institucionais junto aos órgãos competentes;
- II – a alteração da documentação oficial da unidade escolar;
- III – a devida comunicação à comunidade escolar e à população local.





**Art. 6º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Agrestina, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a mandar confeccionar e instalar placas ou letreiros alusivos às novas denominações estabelecida nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, a serem fixados na parte frontal dos prédios das unidades escolares citadas.

**Art. 7º** As confecções e instalações das placas ou letreiros referidos no artigo anterior deverão utilizar os recursos financeiros orçamentários necessários da Secretaria de Educação, devidamente previstos no orçamento municipal vigente.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**Palácio Municipal Prefeito Sinval Ribeiro de Melo.**

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de setembro de 2025.



JOSUÉ MENDES DA SILVA  
- PREFEITO -



**MENSAGEM PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 023, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025.**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Encaminho a esta Egrégia Câmara Municipal o incluso **Projeto de Lei que altera a denominação das Creches Municipais de Agrestina**, a saber:

- **Creche Municipal Professora Edileuza Ribeiro**, que passará a denominar-se **Centro Municipal de Educação Infantil Professora Edileuza Ribeiro**;
- **Creche Municipal Vovó Maria**, que passará a denominar-se **Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Maria**;
- **Creche Municipal Auderlúcia Cristyane Vieira de Melo**, que passará a denominar-se **Centro Municipal de Educação Infantil Professora Auderlúcia Cristyane Vieira de Melo**.

A presente proposição tem como objetivo alinhar a nomenclatura das unidades de ensino à legislação e às diretrizes da educação infantil, reforçando o caráter educacional integral do atendimento oferecido às crianças da primeira infância.

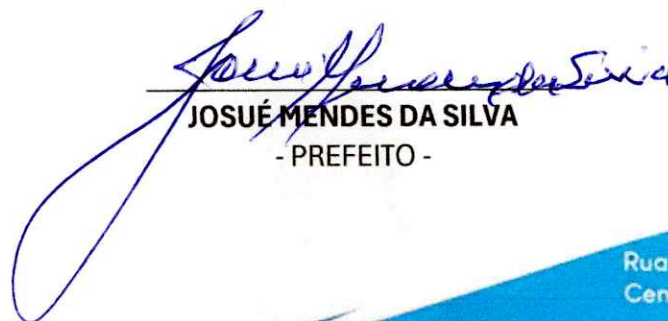
Ao substituir a denominação de “Creche Municipal” por “Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI”, busca-se dar maior clareza ao papel pedagógico e formativo dessas instituições, que não se restringem ao acolhimento das crianças, mas cumprem função essencial no processo de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo nos primeiros anos de vida.

Assim, a alteração proposta não gera impactos financeiros adicionais ao Município, tratando-se de mera adequação administrativa e pedagógica.

Ressalta-se ainda que o projeto autoriza a instalação de **placa ou letreiro alusivo à nova denominação**, na parte frontal do prédio escolar.

Diante da relevância da matéria e da sua consonância com os valores constitucionais e com os anseios da população, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a **aprovação do presente Projeto de Lei**.

Agrestina/PE, 16 de setembro de 2025



**JOSUÉ MENDES DA SILVA**  
- PREFEITO -





Agrestina (PE), 16 de Setembro de 2025.

Ofício GP nº 373/2025.

Excelentíssimo Senhor Vereador  
**JOSÉ PEDRO DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Agrestina - PE.  
Casa Legislativa Vereador Antônio Gomes de Lira

Protocolo Central  
Câmara Municipal de Agrestina  
22/09/25 nº 654  
*[Assinatura]*  
Maria José Martins B. Santos

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei nº 023/2025

Exmo. Vereador Presidente,  
Nobres Vereadores,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 023/2025, que "Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências"**, conforme minuciosamente disposto na proposição legislativa em anexo.

Desta feita, ciente do senso de responsabilidade dos que compõem essa Casa Legislativa e ante a importância procedimental do presente pleito, bem como em respeito à Legislação Federal e as demais legislações aplicáveis ao ato, requer a **apreciação da proposição, em regime de urgência**, com fundamento no art. 36, da Lei Orgânica Municipal e do artigo 179 do Regimento Interno desta Augusta Casa, aguardando, consequentemente a **aprovação** do presente Projeto de Lei pela unanimidade dos seus membros.

Atenciosamente,

JOSUE MENDES DA SILVA:21211205487

Assinado de forma digital por JOSUE  
MENDES DA SILVA:21211205487

**JOSUÉ MENDES DA SILVA**  
- Prefeito -





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

CASA VEREADOR ANTONIO GOMES DE LIMA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

## **PARECER JURÍDICO**

**EMENTA:** Projeto de Lei nº 023/2025, que dispõe sobre a Alteração da Denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências.

**CONSULENTES: CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRESTINA**

**CONSULTA:** Solicitam posicionamento jurídico acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 023/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo de Agrestina/PE, que tem por finalidade **alterar a nomenclatura das creches municipais**, passando estas a se denominar **Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI**, de modo a alinhar a designação das unidades escolares com a legislação vigente e as diretrizes da educação infantil.

Segundo a justificativa apresentada, a mudança busca adequar a terminologia das instituições educacionais ao seu real papel pedagógico e formativo, que ultrapassa a mera função de acolhimento, abrangendo o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, esclareço que o presente parecer possui caráter opinativo, onde a

Rua Marechal Deodoro, 161 – Centro – Agrestina-PE

CNPJ: 11.474.277/0001-72

E-mail: [camara@agrestina.pe.leg.br](mailto:camara@agrestina.pe.leg.br)

Telefone: (81) 3744-1091





situação é analisada tendo em vista as normas legais, ficando a decisão final a cargo das Comissões Permanentes da Casa de Edis.

É a chamada Discricionariedade. Onde há margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. E, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

Pois bem, feitos os registros necessários, passo a analisar.

O presente projeto, de autoria do Chefe do Poder Executivo do Município de Agrestina/PE, que visa alterar a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências, alinhando a nomenclatura das unidades de ensino à legislação e às diretrizes da educação infantil, reforçando o caráter educacional integral do atendimento oferecido às crianças da primeira infância.

A presente proposição tem como objetivo alinhar a nomenclatura das unidades de ensino à legislação e às diretrizes da educação infantil, reforçando o caráter educacional integral do atendimento oferecido às crianças da primeira infância.

Ao substituir a denominação de "Creche Municipal" por "Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI", busca-se dar maior clareza ao papel pedagógico e formativo dessas instituições, que não se restringem ao acolhimento das crianças, mas cumprem função essencial no processo de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo nos primeiros anos de vida.

Assim, a alteração proposta não gera impactos financeiros adicionais ao Município, tratando-se de mera adequação administrativa e pedagógica.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

CASA VEREADOR ANTONIO GOMES DE LIMA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

Quanto aos aspectos de iniciativa e competência, a proposição está em consonância com o que dispõe o artigo 30, Inc. I, da Constituição Federal, dispositivo com idêntica redação no artigo 4º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ademais, a alteração proposta harmoniza-se com a Lei Federal nº 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral como política pública nacional, promovendo a equidade e a inclusão educacional.

**A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu art. 29, estabelece que:**

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

**O art. 30, inciso I, da mesma lei, prevê que:**

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

A alteração proposta pelo Executivo, ao substituir a nomenclatura de “Creche Municipal” para “Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI”, encontra respaldo na LDB, pois reforça o caráter educacional integral e não apenas assistencial das

Rua Marechal Deodoro, 161 – Centro – Agrestina-PE

CNPJ: 11.474.277/0001-72

E-mail: camara@agrestina.pe.leg.br

Telefone: (81) 3744-1091





instituições, em conformidade com o disposto no **art. 4º, II, da LDB**, que garante “**educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade**”.

Noutro norte, o Projeto de Lei prevê expressamente que a alteração de nomenclatura **não implicará impactos financeiros adicionais** ao Município, tratando-se apenas de ajuste administrativo e pedagógico, limitando-se à confecção de placas e letreiros alusivos à nova denominação, o que está em conformidade com o **princípio da eficiência administrativa** (art. 37, caput, da Constituição Federal):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

A modificação da nomenclatura atende a uma **justificativa técnica** consistente:

- adequação terminológica às diretrizes nacionais de educação;
- reforço do papel pedagógico e educacional das unidades de ensino infantil;
- clareza para a comunidade escolar e sociedade quanto à função das instituições.

Tal alinhamento contribui para a valorização da educação infantil no Município, atendendo ao interesse público e aos objetivos constitucionais previstos no **art. 205 da CF/88**, que define a educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o Projeto de Lei em referência encontra amparo na Constituição da República, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e está em plena consonância com a legislação municipal pertinente à matéria.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

CASA VEREADOR ANTONIO GOMES DE LIMA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

Ex vi, diante da regularidade formal e material do projeto, da competência legislativa do ente municipal, **opina favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei Municipal nº 023/2025**, por estar em conformidade com a **Constituição Federal, com a Lei nº 9.394/1996 (LDB)** e demais normas aplicáveis, tratando-se de medida de relevante interesse público e pedagógico.

Agrestina/PE, em 22 de setembro de 2025.

**THAÍS DOMINIQUE BATISTA BESERRA**

ADVOGADA | OAB/PE Nº 37.824





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

CASA VEREADOR ANTONIO GOMES DE LIRA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Parecer ao **Projeto de Lei Nº 023/2025**, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências, e dá outras providências.

### **PARECER**

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 023/2025** de autoria do Exmo. Prefeito Sr. Josué Mendes da Silva, que Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências, e dá outras providências.

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se em todas as proposituras sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores deste Município, dizendo a sua constituição, sua legalidade e da sua redação.

O Projeto de Lei em referência foi examinado por esta Comissão, onde a mesma opinou que o Projeto, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Desta maneira, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação deste Poder Legislativo Municipal, em análise concluiu que, o Projeto de Lei não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 2025.

  
Adilson Tavares das Neves

Presidente da Comissão

  
José Jobson Ferreira Silva

Relator

  
Saulo Alves Batista

Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

CASA VEREADOR ANTONIO GOMES DE LIMA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Parecer ao **Projeto de Lei Nº 023/2025**, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências, e dá outras providências.

### **PARECER**

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 023/2025** de autoria do Exmo. Prefeito Sr. Josué Mendes da Silva, que Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências, e dá outras providências.

O Projeto de Lei em referência foi examinado por esta Comissão, onde a mesma opinou que o Projeto, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Desta maneira, esta Comissão de Finanças e Orçamento, em análise concluiu que, o Projeto de Lei não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 2025.

**Josenildo Nery da Silva**  
Presidente da Comissão

**Caio de Azevedo Alves**  
Relator

**Emília Alves Fernandes**  
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

UMA VEREADORIA ANTONIO DOMINGOS DE ALMEIDA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

**APROVADO**

EM 22/09/25

VOTAÇÃO 8 x 0

*Luiz Carlos da Silva*  
PRESIDENTE

## REQUERIMENTO Nº 220/2025

Requeiro à Mesa Diretora Vereador Gabriel Francisco Leite da Câmara Municipal de Agrestina, Estado de Pernambuco, depois de ouvido o Plenário e preenchidas as formalidades regimentais, que seja **CONCEDIDA URGÊNCIA AOS PROJETOS DE LEIS ORIUNDOS DE MENSAGENS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO**, de Nº **022/2025** que Prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação do Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, instituído pela Lei Municipal nº 1.280, de 08 de Junho de 2015 e Nº **023/2025** que Altera a denominação de Creches Municipais do Município de Agrestina/PE e, dá outras providências, conforme o que dispõe o **Capítulo V- Da urgência (arts. 175 a 178,)** do Regimento Interno deste Poder Legislativo Municipal:

### **“CAPÍTULO V – Da Urgência**

**Art. 175.** Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de quórum necessário e de pareceres, para que determinado projeto seja imediatamente considerado, admitida somente quando a matéria, por seus objetivos, exigir apreciação pronta, a fim de evitar prejuízo ou perda de sua oportunidade ou eficácia.

**Art. 176.** Para a concessão de Urgência, serão, obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

**I –** Dependerá de apresentação de requerimento subscrito pela maioria simples dos Vereadores, devidamente justificado;

**II- O** requerimento somente será submetido ao Plenário durante a Ordem do Dia;

**III - O** requerimento de que trata este artigo não sofrer discussão, permitindo-se apenas encaminhamento de votação pelos líderes das bancadas partidárias, pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

**IV - O** requerimento dependerá de quórum de maioria simples dos Vereadores para sua aprovação.

**Art. 177 - Concedida a urgência para projeto ainda sem parecer, será suspensa a sessão pelo prazo necessário, observados critérios**



Rua Marechal Deodoro, 161 – Centro – Agrestina-PE

CNPJ: 11.474.277/0001-72

E-mail: [camara@agrestina.pe.leg.br](mailto:camara@agrestina.pe.leg.br)

Telefone: (81) 3744-1091





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**AGRESTINA**

CASA VEREADORA ANTONIO GOMES DE LIMA

*Juntos, zelando por nossa cidade!*

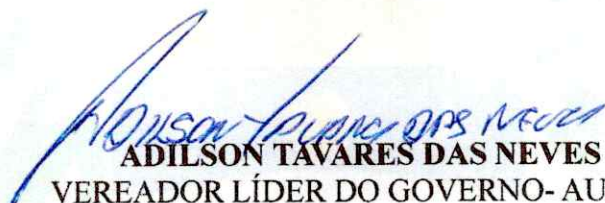
de razoabilidade, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, de forma imediata.


**Art. 178** - A matéria submetida ao regime de Urgência, devidamente instruída com os pareceres, caso não possa ser adiada para a sessão seguinte, entrará imediatamente em discussão e votação, com preferência sobre todas as demais matérias da Ordem do Dia."


## JUSTIFICATIVA ORAL

Da decisão desta Câmara Municipal, seja cumpridas às formalidades regimentais acima mencionadas.

Plenário Vereador José Barbosa Veras, em 22 de setembro de 2025.

  
**ADILSON TAVARES DAS NEVES**  
VEREADOR LÍDER DO GOVERNO- AUTOR

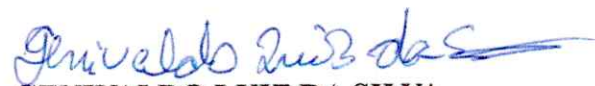
  
**CAIO DE AZEVEDO ALVES**  
VICE-PRESIDENTE- AUTOR

  
**JOSENILDO NERY DA SILVA**  
VEREADOR AUTOR

  
**JOSÉ GENIVALDO DA SILVA**  
1º SECRETÁRIO- AUTOR

  
**JOSÉ JOBSON FERREIRA SILVA**  
2º SECRETÁRIO- AUTOR

**EDSON PEDRO DA SILVA**  
VEREADOR AUTOR

  
**GENIVALDO LUIZ DA SILVA**  
VEREADOR AUTOR

